



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 3 • nº 08 • 02 a 08/04/2006 • ISSN 1809-6182

Documento de Trabalho

08/04/2006 – China e o revigoramento de sua capacidade militarp.01

O fim da Guerra Fria e o colapso da União Soviética conduziram a China a alterar seus principais objetivos militares-estratégicos, ao mesmo tempo em que se iniciava o boom econômico do país. A estratégia chinesa era reformar o seu papel entre as grandes potências do mundo, visando alcançar os interesses internacionais do país de forma mais independente. Esta meta seria alcançada por meio do desenvolvimento e manutenção de uma força econômica e militar independente, de maneira a reduzir a necessidade de dependência dos aliados poderosos, o que caracterizou a sua política de segurança durante a Guerra Fria.

Resenhas

05/04/2006 – Eleições parlamentares ocorrem na Tailândia em meio à crise política.....p.09

Poucos dias após a divulgação dos resultados parciais das eleições parlamentares ocorridas na Tailândia, no dia 02 de abril de 2006, o Primeiro-Ministro do país, Thaksin Shinawatra, anunciou que pretende renunciar ao cargo. As eleições ocorreram em meio a protestos de opositores que acusam Thaksin de corrupção e abuso de poder, dentre outros. O pleito foi realizado após o primeiro-ministro convocá-lo antecipadamente com vistas a solucionar a crise política e a intensa onda de protestos enfrentada pelo país.

06/04/2006 – Negociações acerca da entrada da Rússia na OMC.....p.12

As negociações entre Rússia e Estados Unidos acerca da entrada da Rússia na Organização Mundial do Comércio têm progredido. No entanto, ainda existem algumas questões a serem equalizadas para que este processo finalmente se consolide.

06/02/2006 – O grupo separatista basco ETA anuncia cessar-fogo permanentep.14

Depois de 38 anos de luta armada, entrou em vigor o cessar-fogo permanente anunciado pelo grupo separatista basco ETA. Tal iniciativa possibilita o início das negociações entre o governo espanhol e os líderes bascos quanto às questões relacionadas à independência da região, desarmamento e transferências dos terroristas para o País Basco.

China e o revigoramento de sua capacidade militar

Documento de Trabalho
Segurança

Carolina Andressa Lima e Bernardo Hoffman Versieux
08 de abril de 2006

O fim da Guerra Fria e o colapso da União Soviética conduziram a China a alterar seus principais objetivos militares-estratégicos, ao mesmo tempo em que se iniciava o *boom* econômico do país. A estratégia chinesa era reformar o seu papel entre as grandes potências do mundo, visando alcançar os interesses internacionais do país de forma mais independente. Esta meta seria alcançada por meio do desenvolvimento e manutenção de uma força econômica e militar independente, de maneira a reduzir a necessidade de dependência dos aliados poderosos, o que caracterizou a sua política de segurança durante a Guerra Fria.

Um dos questionamentos atuais no âmbito de segurança internacional está relacionado à potencialidade militar da China. Segundo o professor Avery Goldstein, especialista em Relações Internacionais e Segurança, tornou-se quase sabedoria convencional que a China está emergindo como uma grande potência resultante do mundo pós-Guerra Fria. O professor afirma que o interesse pelo papel internacional da China não deveria ser completamente surpreendente, uma vez que este é um país que possui três dos principais atributos entre as condições prévias tradicionais para se tornar uma grande potência: território vasto, riqueza de recursos, e uma população grande. Ainda segundo esse autor, Beijing teria riqueza e perícias para ser um ator importante em negócios econômicos internacionais, o que também proveria o suporte necessário para que sua capacidade militar se desenvolvesse.

Nesse sentido, torna-se relevante uma visão mais detalhada do desenvolvimento das capacidades militares da China. Essas capacidades têm sido expandidas nos últimos anos, essencialmente, através do

seu crescimento econômico. A China mantém um dos maiores exércitos do mundo, com cerca de 2 milhões e 300 mil efetivos, em acelerada modernização, desde o início dos anos 1990. Beijing vem adquirindo quantidades apreciáveis de equipamento militar, sobretudo da Rússia, aumentando as suas capacidades de **projeção de poder**¹. Além disso, durante a Guerra Fria, o Partido Comunista Chinês (PCC) investiu pesadamente no desenvolvimento e modernização do Exército, adquirindo ogivas nucleares e projéteis balísticos.

Dessa forma, apresentaremos de forma geral as principais características da China, no que tange às suas capacidades e estratégias militares, buscando apontar

1 Termo usado nas ciências políticas e militares para referir-se à capacidade que um Estado tem de implementar sua política, por meio da força ou ameaça, em um determinado local distante de seu próprio território. Seria a habilidade de um Estado de aplicar todos ou alguns dos seus elementos de poder nacional - político, econômico, informativo, ou forças armadas - para desenvolver e sustentar, de modo rápido e eficaz, forças em diferentes localidades, a fim de responder às crises.

sua modernização militar, e conseqüente implicações para a segurança e a estabilidade regional. Entretanto, é importante ressaltar que o conhecimento sobre as verdadeiras capacidades militares, a modernização de suas instituições e ainda o processo e motivações da tomada de decisão na China é limitado.

Forças Armadas

Para que se possam compreender melhor os impactos das mudanças que têm ocorrido no sistema militar chinês, se faz necessário o entendimento organizacional do próprio sistema. Há cerca de trinta anos, as forças armadas chinesas era um sistema fechado e secreto. As autoridades militares encontravam-se nos níveis mais altos do sistema político, sendo considerado um sistema extremamente hierárquico. Entretanto, essa característica de centralidade exacerbada e de sigilo tem sido atenuada pelas próprias mudanças que vêm ocorrendo na China.

Atualmente, a estrutura organizacional das forças armadas chinesa é dividida: na força terrestre, o Exército de Libertação Popular (*People's Liberation Army - PLA*), na marinha, o Exército de Libertação Naval (*People's Liberation Army Navy - PLAN*) e na força aérea, o Exército de Libertação da Força Aérea (*People's Liberation Army Air Force - PLAAF*).

Até o fim dos anos 1970, as forças armadas chinesa tinham como foco estratégico a defesa de seu território, com grande ênfase, então, nos próprios aspectos continentais. Sendo assim, até aquele período, o PLAN e o PLAAF não eram substancialmente desenvolvidos, tendo pouca importância nas estratégias militares. Contudo, a partir dos anos 1980 houve uma transformação nas estratégias militares: passou-se considerar relevante o desenvolvimento da capacidade de defesa fora do continente. Essa percepção acentuou-se, principalmente, com a

questão de Taiwan em 1989. Desta forma, o PLAN e o PLAAF passaram a ter mais importância, assim iniciando sua fase de modernização.

Sendo assim, o que PLA tinha a função de defender o povo chinês interna e externamente, com a impossibilidade de ocorrer uma invasão via terra na China, tem perdido sua prioridade entre as forças armadas chinesa. O oposito corre com a marinha e a força aérea. O PLAN teve seus recursos elevados, possibilitando-o aumentar sua capacidade de defesa em alto mar. Já o PLAAF tem buscado uma modernização avançada, esforçando-se para alcançar a capacidade de efetuar operações ofensivas e defensivas usando um alto nível de tecnologia.

Retrospectiva da cooperação militar

Mesmo com as mudanças ocorridas nas percepções estratégicas é importante considerarmos a ligação do sistema militar chinês ao político. Dessa forma, os programas militares do PLA têm uma relevância significativa nas relações diplomáticas de Beijing, assim como é parte da política de defesa nacional da China. Desde sua fundação, em 1927, até o estabelecimento do PLA em 1947, o Exército Vermelho teve uma grande importância na manutenção da segurança da China e no estabelecimento do Partido Comunista Chinês (PCC). Com a fundação da República Popular da China (RPC), em 1949, o PLA assumiu uma posição especial nas relações militares de Beijing.

Nos anos 1950, a China limitou sua cooperação militar, quase inteiramente, às nações comunistas e aos movimentos insurgentes do Sudeste da Ásia. A União Soviética forneceu a este país um auxílio substancial, possibilitando a modernização do PLA assim como o desenvolvimento da indústria de defesa.

A China forneceu à Coreia do Norte armamento e assistência, desenvolvendo fortes laços entre o PLA e o Exército Popular Coreano. Em 1961, ambos os países estreitaram seus laços ao assinarem um acordo mútuo de defesa. A China forneceu também armas e auxílio militar e econômico ao Vietnã, sendo finalizado esse acordo de cooperação em 1978. Não obstante, forneceu armas nos anos 1950 e 1960 aos grupos comunistas insurgentes no Laos, Cambódia, Myanmar, Tailândia, Malásia, Indonésia e Filipinas.

Depois de rompidas as fortes relações com Moscou em 1960, a China assumiu uma posição anti-soviética durante os anos 1970. Nesse período, o país começou a estabelecer laços militares com os países em desenvolvimento da Ásia e África, ao promover, por exemplo, cooperação com a Albânia, em uma tentativa de estender a influência chinesa e neutralizar a soviética e a estadunidense.

Nos últimos anos da década de 70, o ambiente de cooperação militar da China alterou-se. Passou-se a aspirar a alguma influência na Europa Oriental, e a melhorias comerciais nas relações com os Estados Unidos e a Europa Ocidental. O auxílio militar chinês aos grupos insurgente comunistas, especialmente no Sudeste da Ásia, diminuiu significativamente. A China continuou a ter estreitos laços militares com os Estados tradicionalmente amigáveis, como Paquistão, Bangladesh e Sri Lanka.

Assim, a grande mudança nas relações de cooperação militar chinesa se deu com o início do desenvolvimento de contatos militares com as nações europeias ocidentais e com os Estados Unidos nos anos 1970. A mudança refletiu o desejo de a China opor-se a influência soviética, especialmente na Europa, assim como desenvolver relações com Estados que possuíam forças armadas modernas. A maior necessidade da China, vinculada ao âmbito militar, estava relacionada à tecnologia, ao treinamento de pessoal,

modernização da **logística**², e a própria melhoria organizacional do PLA. Nesse sentido, a China estreitou os seus laços com os países europeus ocidentais, principalmente com o Reino Unido, França, e Itália. As relações militares chinesas com os Estados Unidos desenvolveram-se rapidamente nos anos 1980 e incluíram intercâmbio de delegações militares oficiais de alto-nível, trabalho de treinamento, logísticas, etc.

Hoje, a conduta da China em suas relações militares estrangeiras é estritamente uma questão de sua afirmação e de uma posição privilegiada no cenário internacional, visto que Beijing tem intensificado suas interações com a comunidade internacional. Com isso, os Estados vizinhos da China começaram a pressionar Beijing para ser mais transparente em sua política de defesa nacional. Logo, foi providenciado o Livro Branco de Defesa da China, onde podem se encontrar as publicações com relação à área de defesa, principalmente o orçamento despendido. Esse tipo de publicação foi seguida por muitos dos demais países da região, como o Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Mongólia e outros países do Sudeste da Ásia.

Como enfatizado no Livro Branco, as relações militares estrangeiras do PLA visam contribuir para dar forma ao ambiente da segurança internacional, para que o Estado chinês possa perseguir seus objetivos-chaves de segurança nacional. Os líderes chineses professam que somente um ambiente calmo e estável de segurança regional e internacional permitirá a China perseguir com sucesso o seu objetivo de modernização e de

2 Conjunto de meios e métodos relativos à organização de um serviço, principalmente o que se refere ao fluxo de materiais antes, durante e após um determinado evento. Podemos pensar que a logística militar está relacionada ao suporte adequado para que as tropas possam operar com eficiência e eficácia, como por exemplo, meio de transporte, abastecimento e alojamento.

reforma do Estado. Para a China, o ponto principal para a modernização focaliza-se principalmente em aumentar a força econômica da nação, em realçar as potencialidades tecnológicas e científicas do Estado, e em levantar o padrão da vida do povo chinês.

Capacidades Militares da China nos últimos anos

A rápida ascensão da República Popular da China como uma potência política e econômica regional, com aspirações globais, é um dos elementos principais na emergência do Leste da Ásia, uma região que tem mudado extremamente nos últimos quatro séculos. A emergência da China possui implicações significativas para a região e o mundo. O PLA está modernizando suas forças, enfatizando preparações para lutar e ganhar em conflitos de curto-prazo e conflitos de alta intensidade ao longo da periferia da China. Durante os primeiros anos de 1980, o PLA começou lentamente um programa de intercâmbio militar a fim de auxiliar o estabelecimento da confiança com os seus vizinhos asiáticos, assim como com todos os países em geral. Embora o PLA tenha promovido intercâmbio militar durante essa época, as atividades em prol da modernização militar chinesa ganharam impulso nos anos 1990. Assim, a modernização do PLA vem se acelerando desde a última metade dos anos 1990 em resposta à liderança central, que exige desenvolver opções militares em resposta ao cenário de Taiwan (Ver: A nova lei anti-secessão e as relações entre a China e Taiwan).

Em março de 1997, o Ministro das Relações Exteriores chinês, Qian Qichen, revelou o que a China começou a chamar de “Nova Conceção de Segurança” (NCS). A NCS emergiu em um contexto

de relativa atividade e um período de sucessos da política externa da China, incluindo a conclusão de uma série de visitas importantes no mundo, e à parceiros como a Rússia, a França, EUA, Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), União Européia, Reino Unido, Japão e Coreia do Sul. Além disso, nesse período, a China finalizou várias disputas com seus vizinhos e recebeu honras por seu comportamento responsável durante a crise asiática.

Os principais elementos dessa concepção seriam: as relações entre as nações deveriam ser estabelecidas de acordo com os cinco princípios da coexistência pacífica; no campo econômico, todos os países deveriam se fortalecer mutuamente através da cooperação, usar de uma política de abertura, eliminando as desigualdades e políticas discriminatórias - reduzindo gradualmente as lacunas de desenvolvimento que existem entre os países, buscando por prosperidade comum; todos os países deveriam promover compreensão mútua e confiança, por meio do diálogo e cooperação; e ainda deveriam buscar esclarecer as divergências e disputar entre as nações através de meios pacíficos.

De acordo com os analistas Kenneth Allen e Eric McVadon, existem quatro razões para que a China esteja usando esta estrutura para se orientar nas relações internacionais e regionais. São elas: oferecer uma nova concepção de segurança para as nações da comunidade internacional - não só para as nações da Ásia - e ainda promover a visão de Beijing como um líder mundial; a NCS oferece um outro indicador da insatisfação da própria China com o corrente Sistema Internacional, chamando a atenção para questões importantes, como o continuísmo das alianças estadunidenses no sistema; a NCS aparece sendo uma reação direta às políticas e ações dos EUA nos últimos anos, as quais Beijing tem compreendido como ameaçadoras; e por fim, a NCS é uma clara tentativa de

Beijing apresentar-se de modo não agressivo na região.

Assim líderes do PLA têm agido em prol de promover a Nova Concepção de Segurança. Todavia, Allen e McVadon acreditam que Beijing terá dificuldades de promover essa idéia no futuro, na medida em que a modernização das forças armadas se tornar mais ofensiva. Enquanto a NCS expressar que a China busca a paz e a estabilidade da região, Beijing, por exemplo, terá de disponibilizar mais informações sobre determinadas áreas, tais como despesas com defesa, em ordem a satisfazer a demanda de seus vizinhos por mais transparência na área de defesa.

Podemos dizer, logo, que o PLA está usando das políticas externas para atingir a modernização das forças armadas. Ao mesmo tempo, o PLA tem tentado convencer outros países de que sua modernização não é uma ameaça à região.

De um modo geral, de acordo com o relatório anual do Departamento de Defesa Estadunidense, a China parece estar focalizando suas estratégias militares nos seguintes objetivos: impedir a independência de Taiwan, além de estarem se preparando para a possibilidade de uma terceira parte estar envolvida nesse conflito, possivelmente os EUA. As preparações do PLA, nesse sentido, incluem forças que visam à expansão dos **mísseis balísticos**³ (de longo e curto alcance), dos **mísseis de cruzeiro**, submarinos, aviões avançados, e outros sistemas modernos. Por outro lado, as potencialidades do PLA poderiam assumir uma posição de ameaça a outros atores que operam na região.

O PLA, segundo este mesmo relatório, está adquirindo um novo sistema de armas estrangeiras e domésticas assim como novas tecnologias militares,

promulgando a nova doutrina da guerra moderna, reformando instituições, implementando o desenvolvimento de pessoal, a profissionalização militar, melhorando o exercício e os padrões de treinando. Esta revitalização fez-se necessária, pois o exército chinês, apesar de todo seu tamanho, não dava o arcabouço necessário para o aumento da participação chinesa junto ao sistema internacional. As forças armadas detinham excesso de efetivo e suas unidades mostravam-se consideravelmente ultrapassadas, se comparadas com os principais países do sistema.

O contingente foi enxugado para 2,3 milhões incluindo os paramilitares, a inteligência e a polícia nacional. Todos os militares na ativa foram novamente treinados segundo táticas mais modernas de combate e segundo uma nova doutrina. A doutrina chinesa era marcada fortemente por um cunho defensivo, tendo em vista as ameaças das superpotências durante a Guerra Fria e tal mostrou-se obsoleta frente aos novos desafios do país. Essa doutrina foi substituída por uma doutrina ofensiva, que pretende dar sustentação ao posicionamento atual do país dentro do sistema.

Além da mudança ideológica, a China buscou desenvolver-se tecnologicamente, bem como alavancar o comércio na área militar. Nesse contexto, percebe-se uma forte relação entre a China e a Rússia. No processo de redução do exército russo, a China tornou-se a grande compradora dos seus armamentos e principalmente unidades de alta tecnologia, como por exemplo, os submarinos nucleares. Além da compra de armamentos e unidades estrangeiras, a maior parte dos gastos do orçamento chinês está voltada para o desenvolvimento de unidades próprias e na pesquisa em tecnologia militar.

Hoje, após uma década, pode-se ver claramente o resultado dessa mudança

3 Para melhor compreensão destes conceitos, ver Glossário, que está localizado ao final deste artigo.

política chinesa. Uma série de novas unidades foi desenvolvida, principalmente na aeronáutica e marinha. Os mísseis estão sendo trocados por unidades mais modernas, eficientes e com maior raio de alcance. O número de ogivas nucleares aumentou sensivelmente. As forças armadas também foram reorganizadas, com o remanejamento das divisões e centro militares.

Vale ressaltar também o desenvolvimento da tecnologia espacial. Em 2004, o país levou o primeiro astronauta ao espaço e seu programa espacial pretende mais duas viagens tripuladas em 2006/2007 e uma viagem à Lua em 2017. Tal fato comprova o desenvolvimento tecnológico do país, que se uniu ao seleto grupo de países capazes de explorar o espaço.

Analistas identificam algumas das políticas regionais do país. A primeira é Taiwan e seu *status* frente ao país. Grande parte das forças armadas se localiza no sudeste do país, claramente direcionado à ilha e a um possível conflito para a resolução do mesmo. Por outro lado, essa concentração de tropas faz com que Taiwan retroceda em seus ímpetus de declarar a independência, o que dá tempo a China de se preparar caso um terceiro país, muito provavelmente os Estados Unidos, interceda na disputa. Tal questão é hoje a principal preocupação da China da região.

Um segundo ponto a ser colocado é a vontade política em solucionar as disputas fronteiriças com os países do Leste Asiático e Índia. Em algumas regiões o consenso já foi alcançado e em outras constantes negociações têm sido promovidas.

Uma terceira política é a manutenção da distância política entre a China e o Japão, a fim de não provocar incidentes diplomáticos com o país rival, que é o mais importante aliado dos Estados Unidos no Leste Asiático.

O quarto ponto é a promoção de

exercícios e cooperações militares com os vizinhos. Tal política começou desde o fim da União Soviética com as ex-Repúblicas da Ásia Central e mais recentemente com a Rússia, Mongólia e países do sudeste asiático. A partir desse ponto pode-se perceber um estreitamento dos laços entre a Rússia e a China. Tal fato se deu não só pelos interesses militares, mas também na confluência de posicionamento político de ambos frente a presença estadunidense, visto que os mesmos se sentem ameaçados pelo número de bases dos EUA na Ásia Central – região fronteiriça com estes países. Outro ponto que os especialistas destacam sobre essa relação é o fortalecimento da Rússia em relação à União Européia, o fortalecimento da China em relação ao Japão, bem como o fortalecimento dos dois no sistema frente aos Estados Unidos. Iniciativas russas e chinesas buscam realizar a cooperação militar também com a Índia. Mais recentemente alguns exercícios foram realizados entre a Rússia e a Índia, e a China e a Índia; o governo chinês mostrou-se inclinado para a formação de exercícios e cooperação entre os três países conjuntamente, tal relação entre os três gigantes asiáticos já vem sendo denominada de “o triângulo”.

Hoje o país lidera as negociações com a Coreia do Norte em relação ao desenvolvimento do seu programa nuclear, bem como as negociações sobre a criação de uma área de livre-comércio na Ásia. Além disso, percebe-se a presença mais ativa do país também fora da Ásia. Esta se dá através da realização de acordos de comércio e cooperação, principalmente na África e América Latina. A participação do país na missão de paz no Haiti também revela a diversificação política atual do Partido Comunista.

Notam-se também desafios ao PCC nessa política de preponderância regional, visto que o país deve estar preparado para maiores disputas dentro do sistema, principalmente com o Japão e os Estados

Unidos. O fortalecimento das forças armadas é, sobretudo, fator determinante para o resultado de negociações bilaterais ou em fóruns multilaterais.

Por sua vez, a continuidade do processo de modernização do PLA está intrinsecamente condicionada ao sucesso na área econômica. Por isso percebe-se uma maior articulação do país em torno de cooperações e acordos de comércio em vários continentes, principalmente na área energética – setor extremamente importante e estratégico para o desenvolvimento econômico e militar, do qual a China é carente e consideravelmente vulnerável. (Ver: A demanda chinesa por recursos energéticos e a diversificação de suas fontes de abastecimento)

Por fim, a real vontade política do Partido Comunista Chinês está longe de ser transparente, mas as atuais políticas indicam que a modernização e o revigoramento do Exército de Libertação Popular vão além da esfera regional e contém vontade política de afirmação do país como potência militar do sistema internacional, junto aos países mais desenvolvidos.

Glossário

Míssil Balístico:

É um míssil que segue um curso prescrito, que não pode ser, significativamente, alterado depois que o míssil queima todo o seu combustível. Para cobrir distâncias grandes, os mísseis balísticos são lançados geralmente nas alturas da atmosfera ou no espaço, em um vôo espacial sub-orbital. Para mísseis balísticos intercontinentais (ICBM) a altura atingida é de aproximadamente 1200 quilômetros. Quando chegam ao espaço, os mísseis não recebem mais nenhum “impulso” e seguem em queda livre até o seu destino.

Os mísseis balísticos podem variar extensamente na escala (distância que

pode atingir) e no uso, e são divididos frequentemente nas categorias baseadas na escala. Os EUA os sub-dividem da seguinte maneira:

Míssil balístico short-range – curto alcance (SRBM): escala de menos de 1000 quilômetros. (Pode-se citar com exemplo os famosos mísseis Scud)

Míssil balístico medium-range – médio alcance (MRBM): escala entre 1000 e 2500 quilômetros.

Míssil balístico intermediate-range – alcance intermediário (IRBM): escala entre 2500 e 3500 quilômetros.

Míssil balístico intercontinental de (ICBM): escala que vai além de 3500 quilômetros, sub-divididos ainda em:

a) **Míssil balístico intercontinental da escala limitada (LRICBM):** escala entre 3500 e 8000 quilômetros.

b) **Míssil balístico intercontinental de escala total(full) (FRICBM):** a escala entre 8000 e 12.000 quilômetros.

Contudo, Mísseis Balísticos pela definição do MTRC ([Missile Technology Control Regime](#) – Regime de Controle da Tecnologia de Mísseis), um regime internacional voluntário, ao qual falaremos mais adiante, um míssil para ser definido como balístico deve ter uma escala somente maior do que 300km e a capacidade de carregar mais de 500 kg de peso dentro dele.

Os mísseis balísticos da escala longa e média são projetados geralmente carregar artefatos nucleares.

Míssil de Cruzeiro:

É um míssil guiado que possui asas e um sistema de propulsão a jato que permite o vôo ser sustentado. Os mísseis de cruzeiro são, essencialmente, aviões não tripulados. São projetados, geralmente, para carregar cápsulas (*warhead*) convencionais ou nucleares e possuem grande exatidão dos seus

alvos. Os mísseis de cruzeiros mais modernos normalmente viajam em velocidades supersônicas, são auto guiáveis, e voam baixo a fim evitar a detecção de radares.

Fonte: Wikipedia

<http://en.wikipedia.org>

<http://pt.wikipedia.org>

[relações entre a China e Taiwan](#)

20/09/2005 - [A demanda chinesa por recursos energéticos e a diversificação de suas fontes de abastecimento](#)

Referência

ALLEN, Kenneth W. e MCVADON, Eric A. **China's foreign Military Relations**. Editora Ranjeet K. Singh,. Outubro de 1999.

BERKOFISKY, Axel. **China's Asian Ambitions**. Far Eastern Economic Review, Julho/Agosto de 2005.

CLIFF, Roger. **China's Military Modernization and the Cross-Strait Balance**. Testimony presented before the U.S.-China Economic and Security Review Commission, 15 September 2005.

The Military Power of the People's Republic of China. Office of the Secretary of Defense, 19 de julho 2005.

GOLDSTEIN, Avery **Great Expectations: Interpreting China's Arrival** [Browne Center for International Politics](#). 1996.

FLANAGAN, Stephen J. e MARTI, Michael E. **The People's Liberation Army and China in Transition**. National Defense University Press. Washington 2003.

Sites

Wikipedia

<http://en.wikipedia.org>

Ver também:

15/04/2005 - [A nova lei anti-secessão e as](#)

Eleições parlamentares ocorrem na Tailândia em meio à crise política

Resenha
Segurança

Rafaella Arruda Melo Pereira
05 de abril de 2006

Poucos dias após a divulgação dos resultados parciais das eleições parlamentares ocorridas na Tailândia, no dia 02 de abril de 2006, o Primeiro-Ministro do país, Thaksin Shinawatra, anunciou que pretende renunciar ao cargo. As eleições ocorreram em meio a protestos de opositores que acusam Thaksin de corrupção e abuso de poder, dentre outros. O pleito foi realizado após o primeiro-ministro convocá-lo antecipadamente com vistas a solucionar a crise política e a intensa onda de protestos enfrentada pelo país.

O Primeiro-Ministro da Tailândia, Thaksin Shinawatra, anunciou, no dia 4 de abril de 2006, que irá renunciar ao cargo. O anúncio ocorreu 2 dias após a realização das eleições parlamentares do país, as quais foram antecipadas em 3 anos por decisão de Thaksin. A antecipação se deveu, segundo o primeiro-ministro, à intensa onda de protestos que vinha ocorrendo em vários territórios do país. Para Thaksin, a realização antecipada das eleições poderia reduzir os protestos, amenizando o ânimo dos opositores que o acusam de abuso de poder, nepotismo, corrupção e violação da democracia.

Thaksin ocupa o cargo de primeiro-ministro da Tailândia (que possui o regime de Monarquia Constitucional) desde 2001, tendo sido eleito democraticamente, pela segunda vez consecutiva, em fevereiro de 2005, durante as eleições parlamentares. Na ocasião, o partido de Thaksin, *Thai Rak Thai* ou TRT (sigla em tailandês que significa "Tailandeses amam tailandeses"), conquistou 19 milhões de votos. Essa vitória, alcançada em um país de 64

milhões de habitantes que possui 45 milhões de eleitores, significou a obtenção pelo partido de 377 assentos no Parlamento tailandês, que conta no total com 500 cadeiras.

Apesar de representar o partido que governa com maioria no parlamento e, devido à realização de inúmeros programas sociais de combate à miséria e redução de doenças que o fazem possuir apoio principalmente da camada mais pobre da população, Thaksin enfrenta também forte oposição ao seu governo.

A oposição ao governo de Thaksin, que tem aumentado desde o início de 2006, é composta essencialmente por membros da classe média, dentre eles estudantes, trabalhadores e críticos que acusam o primeiro-ministro de violação das liberdades democráticas, repressão da sociedade civil¹ e condução corrupta de sua liderança política.

¹ Muitos opositores de Thaksin, principalmente das províncias do sul do país de maioria muçulmana, criticam o primeiro-ministro pelo ordenamento de ataque militar contra a rebelião muçulmana ocorrida em 2004. A religião majoritária no país é o budismo.

Além dessas acusações, o fato desencadeador da onda de protestos iniciada em fevereiro de 2006 foi a venda de uma grande companhia tailandesa de telecomunicações da família Shinawatra para investidores de Singapura. O acordo de venda de aproximadamente U\$1.9 bilhões desagradou muitos tailandeses que alegam que a transação prejudica a economia nacional de forma estratégica ao transferir o controle de uma importante empresa nacional para estrangeiros.

Nesse contexto, representantes da oposição intensificaram as mobilizações de protesto contra Thaksin, organizando passeatas e defendendo a saída de Thaksin do cargo de primeiro-ministro. As principais legendas de oposição, o Partido Democrata, o Partido das Pessoas e o Partido da Nação organizaram-se em um grande bloco de oposição, o Aliança do Povo para Democracia (PAD, sigla em inglês para *People's Alliance For Democracy*).

Thaksin, em resposta à intensa corrente de protestos, decidiu dissolver o Parlamento e convocar então novas eleições legislativas a fim de solucionar a crise política enfrentada pelo seu governo. O pleito que, pela constituição do país, deveria se realizar apenas em 2009, ocorreu assim no dia 2 de abril de 2006, enfrentando o boicote do PAD que se recusou a lançar candidatos e a abstenção de grande parte da população que decidiu pelo "não voto".²

Após a realização das eleições, os primeiros resultados parciais divulgados no dia 4 de abril apresentaram que o TRT de Thaksin alcançou 16 milhões de votos, o que significa a obtenção de mais de 50% dos votos válidos. Porém, o alto índice de abstenção não possibilitou que 38 distritos

eleitorais apresentassem candidatos vitoriosos, uma vez que, pela lei eleitoral da Tailândia, apenas candidatos que alcancem o mínimo de 20% dos votos podem compor o Parlamento.³ Dessa forma, torna-se improvável a formação de um novo governo, o que representa a necessidade de realização de novas eleições parciais nos distritos que não elegeram ainda seus representantes. Segundo a Comissão Eleitoral do país, as eleições parciais ocorrerão no próximo dia 23 de abril, o que não significa que será possível eleger os demais parlamentares.

Diante da crise enfrentada por Thaksin e dos resultados parciais das eleições, o primeiro-ministro decidiu anunciar publicamente sua renúncia. Mesmo com o seu partido obtendo mais da metade dos votos, Thaksin alega que tal decisão ocorre principalmente em respeito ao rei do país, Bhumibol Adulyadej, que completa 60 anos de reinado em junho de 2006. Segundo o líder do TRT, a intenção principal é de finalizar os protestos e unificar novamente o país.

O Rei Bhumibol Adulyadej que, pela constituição do país, tem o poder de retirar o primeiro-ministro do cargo e indicar seu sucessor em momentos de crise nacional, se negou a interferir no atual processo de mudança política, alegando que o próprio processo democrático deve ser capaz de resolver a situação.

Horas antes de decidir sobre sua saída, Thaksin mostrava-se confiante em relação à vitória nas eleições, dizendo-se porém disposto à qualquer sacrifício pela harmonia do país. Segundo a agência de notícias *Reuters*, no momento da renúncia, Thaksin declarou: "eu devo confessar que não estou feliz e que me

² Os eleitores tailandeses que têm a obrigatoriedade de voto possuem a opção de registrarem nas cédulas a marcação de um quadro que significa abstenção, ou seja, a escolha por nenhum dos candidatos que concorrem ao pleito.

³ Dos 500 assentos parlamentares, 100 são dados a candidatos eleitos por lista partidária e os demais 400 são selecionados por eleições diretas. Desses 400, nenhum candidato pode assumir o Parlamento sem a obtenção de pelo menos 20% dos votos.

desculpo com as pessoas, mas isto (a renúncia) ocorre para trazer reconciliação nacional".

E apesar da decisão de Thaksin, diversos opositores se mostram incrédulos em relação a real saída do primeiro-ministro do cenário político tailandês. Além de não haver confirmado a data de sua saída, críticos do governo acreditam que Thaksin poderá permanecer influenciando a política nacional, uma vez que o mesmo pretende se manter como líder do TRT e como responsável pela indicação do próximo primeiro-ministro.

Diante de tais suspeitas, opositores prometem retomar os protestos caso Thaksin Shinawatra não se retire definitivamente do cargo até o dia 30 de abril.

Referência

Sites:

BBC News

<http://www.bbc.co.uk>

Council on Foreign Affairs

<http://www.cfr.org>

Folha On-line

<http://www.folhaonline.com.br>

Reuters.com

<http://www.today.reuters.com>

Thailand Daily

<http://www.thailanddaily.com>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com>

Negociações acerca da entrada da Rússia na OMC

Resenha
Economia e Comércio

Júlia Drumond Caiado
06 de abril de 2006

As negociações entre Rússia e Estados Unidos acerca da entrada da Rússia na Organização Mundial do Comércio têm progredido. No entanto, ainda existem algumas questões a serem equalizadas para que este processo finalmente se consolide.

Já dura treze anos o processo de negociação que visa promover acordos para que a Rússia possa se juntar aos 149 países membros da Organização Mundial do Comércio (OMC). Como pré-condição para sua aprovação, a Rússia deve assinar acordos bilaterais com 58 países da organização, sendo que a maioria destes já foi acertada. Os Estados Unidos é o país mais importante com o qual a Rússia ainda tem que finalizar negociações.

A posição desses dois países tem sido bastante divergente com relação a alguns tópicos específicos, principalmente no que concerne ao acesso de firmas estrangeiras de serviços financeiros ao mercado russo, bem como agricultura e propriedade dos direitos intelectuais.

De acordo com o Presidente russo, Vladimir Putin, os Estados Unidos tem deliberadamente atrasado o processo de entrada da Rússia na OMC. Segundo ele, os estadunidenses têm apresentado demandas adicionais injustificadas com o intuito de delongar ainda mais as negociações.

O principal objetivo de Putin para 2006 é finalizar um acordo com os Estados Unidos que permita a entrada do país na organização. No entanto, o presidente

afirma que o acordo só será estabelecido se atender às necessidades econômicas russas.

Em contrapartida, o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush tem feito insinuações acerca do caráter antidemocrático de algumas medidas tomadas por Putin. Entre elas estão a repressão à mídia russa, o apoio ao presidente autoritário de Belarus e a não cooperação com os Estados Unidos no que concerne às suspeitas iranianas de desenvolvimento de armas nucleares.

No entanto, apesar da pressão interna de alguns senadores para que o presidente estadunidense boicote a próxima reunião do Grupo dos Oito (G8) a ser realizada em São Petesburgo, na Rússia, Bush prefere manter aberto um canal de diálogo com os russos. A estratégia do presidente estadunidense é se colocar em uma posição através da qual ele possa se expressar abertamente acerca do assunto, já que acredita que a Rússia ainda seja capaz de entender que é do próprio interesse russo se juntar ao Ocidente.

O principal motivo para tal atitude por parte de Bush é o seu grande interesse em abrir o setor financeiro russo para que bancos estrangeiros possam instalar filiais diretas no país, e não mais agências

subordinadas ao governo de Putin. No entanto, os impasses acerca desse tópico continuam, uma vez que, segundo Putin, o sistema de bancos russos não está preparado para competir com bancos estrangeiros e caso o setor financeiro se abra, o país perderia totalmente o controle sobre os fluxos monetários dentro de suas fronteiras.

Um outro tópico de conflito entre os dois países está relacionado com a questão da agricultura. Enquanto os Estados Unidos tem tentado enfatizar a importância da abertura dos mercados russos aos produtos agrícolas norte-americanos, a Rússia tem insistido em manter algumas barreiras específicas sobre produtos agrícolas importados. Como tal discussão se dá acerca do livre comércio entre os produtos dos dois países, as negociações ainda precisam avançar para se chegar a um acordo sobre esse assunto.

Por fim, um outro tópico que também tem causado divergência de interesse entre russos e estadunidenses está relacionado à propriedade dos direitos intelectuais. Washington demanda o fim da pirataria tanto de músicas quanto de filmes, que acontece de maneira desenfreada na Rússia. No entanto, German Gref, Ministro da Economia na Rússia, alega que a pirataria continuaria a ser praticada no país enquanto os preços dos produtos continuassem altos para os consumidores.

Assim, existe uma grande expectativa de que as diferenças de interesses entre os dois países se resolvam até julho, data da Reunião do G8 em São Petersburgo, na Rússia.

Referência

Sites:

International Herald Tribune

<http://www.iht.com/>

Russian News Information Agency

<http://en.rian.ru/>

The Moscow Times

<http://www.themoscowtimes.com>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com/>

World News

<http://www.wn.com/>

Ver também:

08/09/2005 - [Histórico da OMC: construção e evolução do sistema multilateral de comércio](#)

06/10/2005 - [OMC: estrutura institucional](#)

O grupo separatista basco ETA anuncia cessar-fogo permanente

Resenha
Segurança

Sílvia Helena Guilherme Canêdo
06 de abril de 2006

Depois de 38 anos de luta armada, entrou em vigor o cessar-fogo permanente anunciado pelo grupo separatista basco ETA. Tal iniciativa possibilita o início das negociações entre o governo espanhol e os líderes bascos quanto às questões relacionadas à independência da região, desarmamento e transferências dos terroristas para o País Basco.

Entrou em vigor, em 24 de março de 2006, o cessar-fogo permanente anunciado pelo grupo separatista basco ETA (Pátria e Liberdade).

Desde 1968, o grupo vinha buscando a criação de um Estado independente formado pelas regiões de etnia basca, compreendidas entre o norte da Espanha e o Sul da França.

Em comunicado divulgado no jornal basco *Gara*, o grupo afirma ter tomado a decisão de abandonar a luta armada com o intuito de permitir o início de um processo democrático na região espanhola denominada País Basco, permitindo ao povo basco a escolha do futuro da região. O comunicado ainda inclui um apelo feito aos governos da Espanha e da França no sentido de que os mesmos respondam positivamente à iniciativa, e dêem fim “às ações repressivas” com relação aos membros do grupo.

O anúncio foi recebido com cautela pelo governo espanhol e pelos membros da oposição. O Primeiro Ministro da Espanha José Luis Zapatero afirmou que seu governo procederá com prudência e calma, pedindo o apoio e a colaboração de

todos os partidos políticos da Espanha.

Já o líder da oposição, Mariano Rajoy, cético quanto às reais intenções do grupo separatista basco, ofereceu a colaboração do seu partido, o Partido Popular, no sentido da criação de uma coalizão de partidos contra o terrorismo na Espanha.

Tal cautela pode ser entendida como um ato de desconfiança por parte do governo espanhol, tendo em vista que o grupo separatista já anunciou em outras ocasiões o cessar-fogo, e, ao invés de abandonar a luta armada, ganhou tempo para realizar uma reestruturação da organização.

Além disso, o anúncio foi feito em um momento em que a organização se encontra debilitada. Isso porque as forças policiais da Espanha e da França têm logrado êxito em suas ações, limitando cada vez mais a capacidade operativa da organização e desmantelando sua estrutura ao realizar a detenção de vários dos integrantes do grupo, incluindo seus principais líderes.

Esta, contudo, é a primeira vez que o grupo anuncia um cessar-fogo permanente, o que pode indicar o início das negociações entre o ETA e as autoridades espanholas na medida em

que o grupo cumpra as exigências estabelecidas pelo governo espanhol, principalmente no que diz respeito ao desarmamento.

Zapatero, inclusive, declarou que, uma vez certificado das reais intenções da organização, levará a questão ao Parlamento espanhol antes de junho.

Tais negociações devem se concentrar, além da necessidade do desarmamento, na reivindicação basca quanto a uma maior autonomia da região em relação ao governo central de Madri, assim como quanto ao futuro dos membros do ETA que se encontram detidos.

Contudo, poucas concessões poderiam ser feitas pelo Primeiro Ministro, principalmente em função da atuação da associação das famílias vítimas dos atentados do grupo.

A questão da independência basca provavelmente não será colocada em negociação, assim como a possibilidade de realização de um referendo quanto à ligação do País Basco com o governo central espanhol. Questões menores, como a transferência dos presos da organização para prisões no País Basco, poderão sim ser negociadas.

A decisão da organização de realizar um cessar-fogo permanente pode ser remetida a dois fatos principais.

O primeiro deles, de ordem interna, diz respeito à aprovação de uma versão definitiva por parte do Parlamento espanhol de um plano de independência para a região da Catalunha. Uma vez concedida à autonomia, o governo local poderá exercer controle sobre as finanças e o judiciário. Além disso, tal aprovação abrirá precedente para que todas as outras regiões da Espanha busquem o mesmo, e da mesma forma, o País Basco.

Outro fato que possivelmente influenciou a decisão do grupo separatista basco diz respeito aos ataques terroristas realizados em Madri em março de 2004, os quais especula-se terem sido realizados por

células da rede terrorista islâmica Al-Qaeda.

A ocorrência desses ataques, a conseqüente reação da população e as ligações entre o ETA e demais grupos terroristas teriam levado a campanha do grupo a perder ainda mais apoio entre a população, além de suas ações passarem a ser consideradas como problemas de ordem internacional, tendo em vista sua motivação terrorista.

O ETA havia estabelecido relações com o Exército Republicano Irlandês – IRA (sigla em inglês) e com o Grupo Islâmico Argelino, para o qual fornecia treinamento na produção de explosivos, para a guerrilha e para a realização de terrorismo urbano. [ver: [O IRA e o acordo do desarmamento de julho de 2005](#)]

A organização basca ainda obteve armas e suporte logístico de redes islâmicas ao redor da Europa, além de receber treinamento em campos no Irã, Líbano, Líbia e Nicarágua.

O grupo separatista basco assumiu a responsabilidade pela morte de cerca de 850 pessoas ao longo dos 38 anos de atividade em sua busca pela “libertação” da região basca.

Referência

Sites:

BBC News

<http://news.bbc.co.uk/>

El País

<http://www.elpais.es/>

Global Security

<http://www.globalsecurity.org/>

Inter Press Service News Agency

<http://www.ipsnoticias.net/>

International Herald Tribune

<http://www.iht.com/>

Reuters

<http://go.reuters.com/>

The Guardian

<http://www.guardian.co.uk/>

Ver também:

12/08/2005 - [IRA anuncia fim da luta armada na Irlanda do Norte](#)

05/11/2005 - [O IRA e o acordo do desarmamento de julho de 2005](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Ana Flávia Lima Teles; Bárbara Gomes Lamas; Carolina Dantas Nogueira; Igor Andrade Vidal Barbosa; Jéssica Naime; Júlia Drumond Caiado; Rafaella Arruda Melo Pereira; Sílvia H.G. Canêdo; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>